

AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A INSTRUÇÃO NA REVOLUÇÃO BURGUESA DO SÉCULO XVIII<sup>1</sup>

Raquel dos Santos Quadros<sup>2</sup>

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *As Origens da Educação Pública: A Instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

A retomada histórica proposta por Eliane Lopes (2008) em *As origens da Educação Pública: A instrução na Revolução Burguesa do século XVIII* visa compreender como surgira os preceitos da educação pública tomando como referência as intensas transformações sociais ocorridas em meados do século XVIII. A mudança econômica e social dirigida pela burguesia e sustentada pela força de trabalho popular e camponesa produziu novos meios de produção, bem como uma nova concepção de mundo, gestadas por meio das lutas de classe e de tentativa de definição de direitos sociais.

Este livro de Eliane Marta Teixeira Lopes trata-se de uma nova edição, pois a anterior foi esgotada e tornou-se referência por muitos anos na formação nos cursos de Pedagogia. Quando propõe estudar as origens da Educação Pública no século XVIII, a autora reflete sobre a Revolução Francesa e sobre as transformações sociais e econômicas vinculadas ao capitalismo, demonstrando que a oferta de ensino público surge em favor de novas demandas de mercado que aproximam-se da década de 1980 quando a autora produz o livro e vivencia a realidade social e as mudanças da educação no Brasil.

O livro tem como objetivo investigar as origens da educação pública inseridas no contexto histórico apresentado e não apenas relatar as estruturas de instrução de ensino que se discutiam como possibilidade de aplicação naquele período. Criticamente, procura-se estabelecer a existência

de tais estruturas e seu papel histórico, sendo a história feita por homens reais, atuantes e condicionados por um determinado desenvolvimento social e pelos modos de produção que a elas corresponde.

A divisão temática é proposta em três capítulos, sendo no primeiro apresentado o contexto histórico de surgimento da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, em que não apenas a Revolução Francesa, mas as crises e períodos que atravessou contribuíram para este processo. No segundo capítulo analisa os discursos pedagógicos, os decretos e os projetos apresentados nos diversos períodos da Revolução. Já no terceiro capítulo evidencia-se a conexão entre as ideias discutidas nos capítulos anteriores e estabelece os nexos causais entre educação e sociedade.

A sociedade francesa do velho regime se apresenta em três ordens ou estados: o clero a nobreza e a burguesia, como exposto por Lopes (2008). O primeiro e mais antigo, o clero, dividia-se em dois grupos: alto clero, composto por bispos, abades e cônegos recrutados entre a nobreza e o baixo clero, composto por 50 mil curas e vigários recrutados entre os plebeus. Apesar das diferenças internas, a Igreja, enquanto instituição ligada à aristocracia constituía um corpo fortemente organizado com hierarquia e disciplina controladas por mecanismos internos.

O segundo estado, representado pela nobreza, fora composto por três grupos: a nobreza palaciana, provincial e judiciária, constituída por trezentos e cinquenta a quatrocentos mil nobres que gozavam de privilégios honoríficos, econômicos e fiscais. A detenção desses privilégios constituía sua união e seu poder. Quanto ao terceiro estado, por sua vez apresentava-se dividido em três grandes grupos

<sup>1</sup> Resenha elaborada como discussão proposta pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, coordenado pela Prof. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Maringá, PR, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação.

representados pela burguesia, pelas classes populares urbanas e o pelo campesinato, contando ao todo com vinte e quatro milhões de pessoas.

A burguesia ocupou o primeiro lugar em riqueza e em cultura, mas se fracionava em grupos como a burguesia dos capitalistas, burguesia dos ofícios, burguesia negociante e pequena burguesia industrial que diferiam quanto à forma de trabalho e vida, renda e privilégios. As camadas populares se encontravam em situação de miséria, era crescente o número de mendigos e a falta de alimentos, aguçando a sensibilidade política nas camadas populares para alçar a luta revolucionária. Entre os camponeses a servidão persistia, porém a maior parte dos camponeses eram cidadãos livres, sendo diaristas agrícolas, desprovidos de terra, representando o verdadeiro proletariado rural. Os pequenos proprietários possuíam terra em quantidade insuficiente e para se sustentarem complementavam sua renda com trabalho assalariado. Os grandes fazendeiros ou lavradores, que formavam a burguesia rural, possuíam largas extensões de terra e empregavam quem não tinha terra, exercendo grande influência local.

A questão camponesa no estudo da Revolução Francesa é da maior importância, pois a estrutura social fundamenta-se na posse da terra e as crises agrícolas determinavam o rumo da economia. Sem a participação da massa camponesa (vinte milhões de pessoas), não teria sido deflagrada a Revolução tal como aconteceu. A unidade da camada rural residia apenas na oposição aos privilégios e no ódio à aristocracia. Ao liquidar o regime feudal a Revolução incluiu os camponeses proprietários no partido da ordem burguesa, havendo um aumento de pequenos proprietários, porém se manteve todas as formas de exploração inerentes a grandes proprietários rurais.

A economia francesa ao final do Velho Regime dividia-se no setor agrícola, tecnicamente tradicional e ineficiente e, de outro lado, o setor comercial e manufatureiro, mais dinâmico e desejoso de maior liberdade. Conforme Lopes (2008), alguns fatores que desencadearam a crise econômica, entre eles a política mercantilista, a imposição de altos tributos aos camponeses que não possuíam dinheiro para modificar seus métodos de cultura, o comércio marítimo, depois o comércio em feiras e o controle das finanças a serviço do Estado, fazendo surgir um novo tipo de

mentalidade, um tipo empresarial, caracterizado pela busca de lucro.

Neste contexto apresentavam-se ideais de uma nova concepção de mundo veiculada pelos iluministas que exigiam maior racionalidade no estudo das questões físicas e sociais em detrimento da moral estritamente religiosa. A razão para os iluministas é, pois, fonte de energia intelectual e caminho para o progresso contínuo do homem, e é ela que poderá “[...] iluminar a tarefa de compreensão e transformação do mundo” (LOPES, 2008, p.39).

O momento inicial da revolução burguesa constituiu o momento em que o proletariado urbano e rural atingiu um estado de miséria aterrador. A burguesia fora impedida de crescer no ritmo e na direção por ela mesma traçados, sendo barrada nas suas pretensões sociais e políticas de caminhar ao lado da nobreza. Consciente de sua força e do papel explicitado por uma nova ideologia, a burguesia tornou-se nesse momento ativa contra o antigo regime aristocrático, posicionado-e como uma classe revolucionária em defesa do desenvolvimento local.

Diante desse quadro houve várias tentativas para elucidar tal conjuntura com novas leis, porém não houve progresso, resultando em vários motins. A partir da reunião dos Estados Gerais, o terceiro estado (burguesia, populares urbanos e camponeses) ganhou força e proclamou a Assembléia Nacional Constituinte. Após alguns acontecimentos (entre elas a guerra contra Áustria e a Prússia), foi Proclamada a República. Como resultado desses movimentos foi elaborada a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a constituição de 1791 e as reformas institucionais.

Há neste contexto grupos que se alternavam politicamente na disputa do poder nas convenções que visavam constituir uma nova sociedade. Os jacobinos eram oriundos do Clube dos Jacobinos, assim chamados por ocupar o antigo mosteiro de Saint-Jacques, estavam mais próximos das camadas populares e mais sensíveis aos seus apelos, embora se evidenciasse que, nesse período, já não compartilhavam dos mesmos interesses. Em oposição a esses, encontravam-se os girondinos, assim chamados por terem sido seus principais líderes eleitos pela gironda. Estes eram representantes da burguesia comercial e industrial e defensores de interesses econômicos bastante definidos e com posições políticas que se

destacavam pelo horror à participação popular (sobretudo ao que coube aos termidorianos) e uma grande parte destes não estavam comprometidos com nenhum dos partidos.

Em meio à uma crise econômica e política, dado o fracasso do Diretório como tentativa de equacionar a participação popular na política francesa, Napoleão Bonaparte se destacou com suas vitórias e conquista de territórios para França. É visto pela burguesia com entusiasmo, visto que essa exigia um poder forte, capaz de esmagar com mão de ferro os monárquicos como os jacobinos, e de conduzir com êxito a guerra contra a coalização feudal e contra a Inglaterra. Napoleão correspondia às expectativas burguesas, o poder econômico desta classe forneceu a ele condições para ao golpe de Estado. Em 9 de novembro de 1799, o 18 Brumário do ano VII da República, Bonaparte fez sair dos quartéis suas tropas leais e assumiu daí em diante a condução dos acontecimentos.

No momento em que se deflagrava o movimento revolucionário surgia os primeiros discursos que tomavam o processo educacional como característica central para composição de uma nova organização social. Cada Assembléia Eleitoral estava encarregada de redigir *cahiers* (cadernos de queixas) o qual resultou em sessenta mil cadernos, oferecendo um vasto panorama da França no final do antigo regime. Existia uma concordância geral entre as Assembléias em alguns pontos, dentre eles: i) a necessidade de um novo sistema de estudos e de educação; ii) a necessidade de expansão do número de escolas; iii) o controle do professor e de sua competência e; iv) um programa mínimo nas escolas primárias deveria ser estabelecido. Neste sentido, possibilitou e ao mesmo tempo obrigou a Revolução a ter a publicidade da instrução sobre as queixas (em especial aquelas acima elencadas) constantemente na pauta de suas discussões.

No período correspondente a Assembléia Constituinte entre 1789-1791, é apresentado o projeto referente à instrução por Talleryrand (1791). Como pontos principais nesta proposta, a instrução deve existir para todos, devendo ser universal, para ambos os sexo, não-obrigatória e gratuita. Já que a instrução devia atender as relações do indivíduo com a sociedade era necessário preconizar o ensino a todos sobre a Constituição, como defendê-la, aperfeiçoá-la e, antes de tudo, imbuir a todos dos princípios da Moral.

Na Assembléia Legislativa em dia 9 de abril 1792 foi feita a primeira leitura do *Rapport* (Instrução pública e organização do ensino). Porém, essa Assembléia foi dissolvida em 21 de setembro de 1792, sem que tenha colocado o tema em discussão. No que se refere à instrução, Condorcet a via como um papel importante na promoção social dos indivíduos, um instrumento a partir do qual os indivíduos pudessem adquirir os meios para proverem as suas necessidades e para conseguirem seu bem-estar.

Condorcet estabelecia que o ensino deveria ser organizado em quatro graus, de forma gratuita e laica. A instrução mais extensa cumpriria duas funções no âmbito social: por um lado, ela teria função de recuperar o que de humano o indivíduo perderia no novo processo de produção e, por outro, completaria a formação cívica do cidadão. O próprio autor sugeria as festas nacionais e os cultos cívicos como meios de ensinar aos cidadãos seus deveres e a se manterem dentro deles.

Na convenção Girondina que aconteceu de setembro de 1792 a junho de 1793 foram elaborados o *Rapport* de Lanthenas que seguiam alguns pontos: “[...] fixação da duração do ensino primário em quatro anos; a divisão de conteúdo em quatro partes; sistema de ajuda aos professores pelos alunos mais adiantados e mais dotados; fixação de conteúdo aberto a análise de ideias; as experiências das coisas e as práticas dos princípios; construções das escolas a cargo das comunas; remuneração condigna para os professores; estabelecimentos de formas de nomeação de professores feitas através de uma comissão de homens instruídos.” (LOPES, 2008, p. 96).

Na convenção Jacobina de junho de 1794 a maio de 1795, o projeto com maior destaque foi o de Lepeletier que entre outros pontos sobre a instrução destacou que a educação deveria ocorrer até os 12 anos de idade, devendo ser obrigatório e leigo. A gratuidade seria assim garantida: “[...] primeiro, pela contribuição para pelos pais ricos; segundo pelo rendimento do trabalho das crianças internas na instituição nacional; terceiro pela complementação provida pelo Estado.” (LOPES, 2008, p. 106).

Na convenção Termidoriana foi apresentado o projeto de Daunou que estabelecia algumas características, entre elas destaca-se: “[...] haverá em cada cantão, uma ou mais escolas primárias para os meninos [...], o professor receberá da República um local, tanto para seu alojamento,

quanto para receber os alunos, ou, na falta desse local, uma soma anual para cobrir essas despesas, mas não salário. A educação das meninas fica reservada aos pais e aos estabelecimentos livres.” (LOPES, 2008, p.118).

Conclui-se que a instrução tornada um direito público, na transição do regime feudal para o capitalismo, estava engendrada no contexto histórico que representavam e do qual fazia parte. Neste sentido, a revolução burguesa representa a tomada pelo Estado burguês à função de instrução pública como forma de legitimar seu poder, encontrando neste papel uma forma de coesão social, articulando seus interesses aos das classes subalternas.

A publicização da instrução refletiu a hegemonia burguesa e uma conquista proveniente da luta de classes. O papel da instrução representou uma nova possibilidade para as classes populares e camponesas se posicionarem frente à dominação. A ascensão burguesa frente ao feudalismo somente foi alcançada por meio das camadas populares, vindo a constituir o

capitalismo e, para sua manutenção e desenvolvimento, apoiou-se na instrução como forma de disseminar seus valores e os interesses a partir de então em jogo.

Destaca-se que este livro trata-se de uma nova edição, visto que a edição anterior publicado em 1981 pela editora Loyola estava esgotada. O primeiro prefácio foi escrito por Paulo Freire que enfatizava a sensibilidade e o rigor com o qual a autora analisou a origem da escola pública no contexto da Revolução burguesa do século. A edição de 2008 incorporou com uma apresentação assinada por Luciano Mendes de Faria Filho que alerta sobre a importância dessa publicação na década de 1980, alerta que este livro é datado, mas não superado, pois se continua o debate sobre a escola pública no contexto brasileiro em que não foi construído um sistema público de ensino de qualidade. Trata-se de um livro importante e usado durante muitos anos nos cursos de Pedagogia e que não perdeu sua vitalidade.

---

**Endereço para correspondência:** Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação. - Av. Colombo, 5790 - Departamento de Teoria e Prática da Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação - Jardim Universitário – CEP: 87020-900 - Maringá, PR.